

Governo vai cobrar na Justiça R\$ 30 bilhões

ESTADO DE SÃO PAULO

17 OUT 1998

Valor corresponde a impostos não pagos, que deverão ser inscritos na dívida ativa

PEDRO LUIZ RODRIGUES
e MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA – O governo deverá inscrever na Dívida Ativa da União cerca de R\$ 30 bilhões – relativos a impostos devidos e não pagos –, determinando sua imediata cobrança pela via judicial. A decisão, que deverá constar do programa de ajuste fiscal que o governo anunciará nos próximos dias, elevará a R\$ 100 bilhões o montante desse tipo de dívida que está sendo cobrada nos tribunais, adicionalmente a R\$ 18 bilhões referentes a questões em litígio, garantidas por depósitos já feitos na Justiça.

Os números foram confirmados ao Estado pelo presidente do Superior Tribunal Justiça (STJ), ministro Antônio de Pádua Ribeiro. Segundo ele, o processo de cobrança dessas dívidas será muito acelerado com a assinatura de convênio que o STJ fará nos próximos dias com a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e as procuradorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Caixa Econômica

DECISÃO FAZ PARTE DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL

ca Federal. No caso das duas últimas instituições estão em jogo as dívidas à Previdência e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Informatização – O convênio permitirá a instalação de uma rede computadorizada de alta velocidade, assegurando pronto acesso a informações sobre qualquer processo aos procuradores e advogados do setor público. Na medida em que o novo sistema permita detectar gargalos, atrasos ou outros problemas, as procuradorias poderão agir com mais eficiência para aumentar a velocidade de tramitação dos processos.

Adicionalmente, o presidente do STJ disse acreditar que ainda este ano seja

aprovado projeto de iniciativa do tribunal, "previamente negociado com o Executivo e com o Congresso", que possibilitará a abertura de mais cem varas federais de execução fiscal. Com a criação dessas varas especializadas em cobrança fiscal – créditos da União e órgãos públicos –, Pádua Ribeiro assegura que os processos fluirão com maior velocidade, "atendendo o interesse público e o social de se agir contra os maus pagadores".

O aumento no número de varas reforçará a importância da criação da rede de informação. "Essa rede, além de aumentar a



PRINCIPAIS MEDIDAS EM ESTUDO

- Elevação da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,3%
- Manutenção da alíquota extraordinária de 27,5% do IRPF para renda de R\$ 1,8 mil mensais
- Aumento, para 20%, do IRPF sobre ganhos de capital da venda de imóveis
- Elevação do IOF de 2% para 10% para o ingresso de capital especulativo.
- Aumento da contribuição previdenciária de servidores públicos. Os inativos poderão começar a contribuir
- Funcionário público aposentado com menos de 52 anos receberá no máximo R\$ 5 mil.
- Aumento da alíquota do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) de 20% para 40%.
- Cortes nas despesas de custeio, investimento e pessoal em todos os órgãos federais.
- Aceleração da cobrança de dívidas com órgãos federais, de cerca de R\$ 100 bilhões.
- Conclusão da reforma previdenciária, regulamentação da reforma administrativa e início da reforma tributária

ArtEstado

eficiência das procuradorias, representará imensa economia de recursos, porque, se cada um desses órgãos fosse fazer um programa não harmônico com os demais, teríamos custos maiores e eficiência menor", salientou o presidente do STJ. "Em termos sociais, a vantagem será significativa, porque, além das causas terem andamento mais rápido, dará ao setor público perfeito controle estatístico."

MINISTRO DIZ QUE DECISÃO REDUZ CUSTO BRASIL

Com o novo sistema, os procuradores e as autoridades públicas poderão saber, imediatamente, o valor das verbas recolhidas aos cofres públicos, identificar o movimento lento de processos e verificar se as providências legais estão sendo cumpridas nos prazos cabíveis. "O que estamos fazendo representa uma verdadeira redução do custo Brasil na área da Justiça", afirmou o presidente do STJ.